



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

O LUGAR DOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Samira Leinko Mastsuda Raphael¹

Resumo: O presente trabalho apresenta algumas aproximações aos primeiros resultados de pesquisa iniciada no ano de 2014 no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no curso de Doutorado em Serviço Social. A pesquisa tem por objetivo buscar os significados da Assistência Social para seus usuários. A pesquisa é de natureza qualitativa e foi realizada no município de Itaquaquecetuba – SP. Na ocasião, foram entrevistados dez usuários. A partir das análises e interpretação dos dados, identificamos que os usuários convivem diretamente com diversas situações de pobreza que os colocam à margem do sistema capitalista.

Palavras-chave: “Pobreza”; “Capitalismo”; “Direito”.

Abstract: This work presents some approximations to the first results of research begun in 2014 in the Postgraduate Program of the Pontifical Catholic University of São Paulo in the PhD course in Social Work. The research aims to seek the meanings of Social Assistance for its users. The research is of qualitative nature, was carried out in the county of Itaquaquecetuba - SP. Ten users were interviewed at the time. From the analyzes and interpretation of the data, we identified that the users live directly with several situations of poverty that put them at the margin of the capitalist system.

Keywords: “Poverty”; “Capitalism”; “Rights”.

1. Introdução

Este estudo é parte da pesquisa de doutorado – No Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no curso de Doutorado em Serviço Social, iniciado no ano de 2014 e concluído em 2018.

Neste cenário de avanços e consolidação da Assistência Social como política pública, nossa pesquisa buscou analisar o significado que essa política tem para seus usuários. Elegemos como universo de pesquisa o município de Itaquaquecetuba, região metropolitana da cidade de São Paulo, e, como sujeitos da pesquisa, foram entrevistados dez usuários da rede de proteção básica. A pesquisa de campo desenvolvida é de caráter qualitativo, que nos permite conhecer de forma específica a realidade e a percepção dos usuários, utilizando como instrumento a entrevista. Para análise dos dados coletados, optou-se pela utilização da análise de conteúdo, o que nos possibilitou desvendar e captar as mensagens extraídas da fala dos sujeitos, compreendê-las e realizar aproximações analíticas. A análise obedeceu a três fases distintas, compreendendo a organização do material, a exploração do material e a interpretação dos dados.

Os dados empíricos da pesquisa revelam situações de pobreza, que demandam a inserção dos usuários nas demais políticas sociais e, ao mesmo tempo, denunciam os traços conservadores e autoritários que demarcam as relações de poder estabelecidas no município de Itaquaquecetuba – SP.

¹ Estudante de Pós-Graduação, PUC/SP, E-mail: samiralm@outlook.com.

2. Os pobres na sociedade capitalista

A cidade de Itaquaquecetuba, região metropolitana de São Paulo, é considerada um espaço geográfico subdesenvolvido, com população estimada, segundo dados do IBGE/2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 360.657 habitantes. São mais de 400 bairros distribuídos em uma área em torno de 82,9 km², o que resulta numa densidade demográfica de 3.877,73 hab/km². A cidade faz divisa com a Zona Leste da capital paulista e possui três estações de trem, a saber: Engenheiro Manoel Feio, Central e Aracaré, todas interligando o município com a cidade de São Paulo. Segundo dados estatísticos do Índice de Vulnerabilidade Social (IPVS)¹ – 2010, a cidade apresenta o índice de desenvolvimento humano (IDHM) de 0.714, indicador que revela o quadro de pobreza e vulnerabilidade social do município.

No campo das políticas sociais brasileiras, a intervenção estatal tem sido pontual, paliativa e seletiva, correspondendo ao clientelismo político e se contrapondo à universalização dos direitos, o que se combina, em anos recentes, ao avanço da privatização dos serviços públicos, acirrando ainda mais o abismo entre aqueles que possuem a propriedade e os destituídos desta.

A pesquisa empírica verificou que os usuários estão fora da estrutura produtiva e social do sistema capitalista, encontrando-se inseridos de forma precária nas atividades econômicas informais e autônomas. Mesmos descartados e expulsos do mercado de trabalho, os entrevistados ainda alimentam a expectativa de ter acesso ao emprego formal, à carteira assinada e aos direitos assegurados por lei.

A renda adquirida por meio da informalidade e/ou dos serviços autônomos está longe de alcançar o valor do salário mínimo, o que dificulta o acesso a bens elementares à sobrevivência, como moradia, saúde, segurança e educação.

Com relação à conquista do emprego, pudemos identificar a relação de troca entre um sujeito que demanda o acesso a um direito universal e essencial à sua reprodução social e outro que detém meios e acesso para viabilizar a concessão desse direito. Essa relação de troca ocorre por meio de uma moeda política, cujo débito será cobrado nas próximas eleições. É nesta situação que se observa que o clientelismo político, um fenômeno histórico que está enraizado na cultura política do país, ainda é responsável por enfraquecer o processo de consolidação autêntica da democracia brasileira.

No conjunto dos depoimentos coletados, identificamos que apenas uma entrevistada possui vínculo empregatício, trabalha como ajudante geral em uma empresa

¹Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2015.

privada. Os demais entrevistados estão desempregados, relataram realizar trabalhos informais e dificilmente eles conseguirão usufruir o direito à aposentadoria.

O acesso às políticas públicas básicas ainda ocorre de forma precária, pontual e intermediada pelo clientelismo político e, na prática, isso representa a ineficiência do município em promover a igualdade dos direitos.

Para os sujeitos da pesquisa, o acesso à escola, à educação básica e secundária possibilita a ascensão social ou econômica da família, o êxito quanto à educação e o futuro dos filhos é fator determinante para a manutenção da dignidade das famílias desfavorecidas e em desvantagem social e econômica.

O direito a um trabalho digno é de todos; entretanto, a ausência e/ou a pouca qualificação e formação profissional dificulta e, por vezes, não permite a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. O grau educacional beneficia o trabalhador na busca de melhores colocações profissionais, no entanto não é determinante para viabilizar sua ascensão social e econômica.

Devido às transformações capitalistas, o problema do desemprego atinge todos os segmentos sociais, inclusive os trabalhadores altamente qualificados, embora apresentando em sua composição uma substancial desigualdade, ao considerar, por exemplo, as variáveis de rendimento familiar, de gênero, cor, etnia, de idade e grau de escolaridade.

Ao longo de quase todo o século XX ocorreram inúmeras mudanças e reformas educacionais, que ampliaram gradativamente o processo de democratização do acesso à escola como um direito social; ao mesmo tempo, investiu-se em responder à demanda do mercado por mão-de-obra qualificada.

A face contraditória do processo educacional brasileiro está em que esta democratização do ensino não correspondeu à oferta do ensino de qualidade e igualitária para todos os cidadãos; é notória a falta de escolas, a escassez da oferta de ensino noturno regular e adequado às condições do trabalhador, do adolescente, da mulher; tal situação parece mais corresponder a um mecanismo de reprodução das relações sociais de dominação capitalista.

Com relação ao acesso à política de saúde, os sujeitos revelaram a morosidade em conseguir agendar consultas médicas, pois esse acesso geralmente ocorre mediado pelo clientelismo político.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a saúde como parte do Sistema de Seguridade Social, direito de todos e dever do Estado. O artigo 198 da CF qualificou a

estruturação de um Sistema Único de Saúde – SUS, instrumento primordial para a expansão da saúde pública brasileira, cujo objetivo é atender à população de maneira universal, integral e equânime.

Cabe destacar que, até 1988, não havia no Brasil atendimento integral, universal e gratuito. A partir dos anos 1990, com a redução do papel do Estado e o avanço das políticas neoliberais, a saúde foi sendo cooptada pela lógica capitalista neoliberal que se contrapõe ao direito universal, pois vê nos serviços de saúde um potencial altamente lucrativo.

A questão da segurança pública foi enfatizada por duas entrevistadas; ambas consideram que a cidade não é segura, e enfatizaram a ação violenta da polícia em situação de revista e averiguação.

As ações policiais representam uma afronta para os pobres e moradores da periferia, pois muitas vezes elas se manifestam de maneira arbitrária, tratando a todas essas pessoas como marginais ou criminosos, sem qualquer respeito aos seus direitos e liberdades individuais. A população jovem, principalmente negra e parda, vem sendo a principal vítima dessa violência policial, sendo o relato do sujeito 08 mais um exemplo desse tipo de situação cotidiana.

Problemas relacionados com o aumento das taxas de homicídio, violência policial, rebeliões em presídios, degradação das condições de internação dos adolescentes infratores, violência de gênero, aumento do tráfico de drogas, etc., demonstram a necessidade de qualificar o debate em torno da segurança pública e representam desafios para o Estado de Direito no Brasil.

Observa-se que as transformações do mercado de trabalho e o processo de desenvolvimento e urbanização das cidades, que advieram com a fase de modernização capitalista, contribuíram para o aumento da violência urbana. Esse fenômeno está cada vez mais presente, isolando a população em suas próprias residências, contribuindo para a segregação social e urbana, além de impulsionar a procura pela segurança privada.

3. O significado do Trabalho e o Programa de Transferência de Renda

Na fase atual do capitalismo, em que se assiste à adoção e consolidação das políticas neoliberais, à financeirização do capital e à reestruturação produtiva, o trabalho vem ostentando uma configuração específica a fim de atender às exigências do capital. Nesse contexto, instauram-se novos padrões de demanda de trabalho, amplia-se o chamado exército de reserva e, conseqüentemente, a exclusão social.

Atualmente, o mercado de trabalho tem demandado um perfil profissional cada vez mais qualificado e produtivo, e essa condição tende a distanciar cada vez mais os entrevistados da oportunidade de trabalho protegido pela regulamentação formal, uma vez que eles possuem baixa escolaridade e quase nenhuma qualificação e/ou experiência profissional.

As análises dos dados empíricos revelam que o trabalho ocupa lugar central na vida dos entrevistados, é a forma de atender às necessidades relacionadas à sobrevivência e se vincula à dignidade humana. Denota-se que os sujeitos da pesquisa enfrentam situações semelhantes na busca pela manutenção da vida, realizam trabalhos informais, quase sempre de forma precária, que se assenta em exploração da sua força de trabalho e com baixa remuneração.

Na impossibilidade de garantir trabalho a todos que dele necessitam, o Estado, atendendo às exigências do capital, intervém na relação capital e trabalho, por exemplo, por meio das reformas da previdência social (desde a aprovação da CF de 1988, houve cinco alterações na legislação previdenciária) e da CLT (Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017); pela recente aprovação da Lei n. 13.429/2017 que trata da terceirização, por meio do apelo e incentivo constantes ao empreendedorismo. Até mesmo a centralidade adquirida pela Assistência Social nos últimos anos, em função dos programas de transferência de renda, pode ser considerada uma intervenção do Estado em prol da manutenção do capitalismo.

Nessa dinâmica, insere-se o Programa Bolsa Família (PBF) como instrumento chave para proteger as famílias frente à pobreza e à fome, ocupando importante lugar na estrutura do sistema de proteção social brasileiro.

O crescimento da pobreza provocado pela lógica capitalista – agravada pela crise em curso –, assim como o aumento da precarização do trabalho e do desemprego em massa e de longa duração, tendem a contribuir para a procura do Programa Bolsa Família. Identificamos que todos os sujeitos entrevistados, em algum momento de maior precariedade na vida, recorreram à Assistência a fim de conseguir a transferência de renda.

Os entrevistados beneficiados pelo PBF revelaram que, com a renda adquirida, conseguiram melhoria e mudança do consumo alimentar. Por meio das falas dos sujeitos, é possível identificar que o PBF tem amenizado determinadas situações de pobreza, porém ele não apresenta inclinação para suprimi-la, mostra-se mais eficiente para controlar e manter a pobreza. Entretanto, os entrevistados afirmam que o benefício da transferência de renda tem impactado suas vidas. Eles percebem que há uma melhoria da qualidade de vida, o que envolve, por exemplo, os filhos conseguirem ter acesso à escola e até mesmo participarem de cursos de línguas estrangeiras.

Os dados obtidos indicam que o PBF é um elemento fundamental na provisão do sustento alimentar e de auxílio na realização de outras necessidades. Nessa direção, podemos afirmar que o programa possibilita a garantia da reprodução da vida material dos trabalhadores e dos que formam o exército de reserva.

Por não estarem vinculados ao mercado de trabalho formal e não conseguirem renda adequada advinda das atividades informais e autônomas que realizam, os entrevistados entendem que o PBF é um reforço à renda familiar ou, em muitos casos, constitui a única fonte de renda da família, sendo um valor fixo e previsível.

A falta de emprego, a inserção em atividades precárias e instáveis, a falta de oportunidade e a ausência ou insuficiência de qualificação profissional, na visão dos entrevistados, são fatores que legitimam a intervenção do Estado por meio do PBF, contudo, eles compreendem a transferência de renda como sendo uma ajuda provisória, que recebem até se estabilizarem economicamente, por meio do trabalho fixo.

Percebe-se que, por meio do trabalho, os entrevistados constroem a afirmação de sua identidade, reconhecem-se como indivíduos na sociedade, conseguem construir projetos pessoais e familiares para a melhoria das suas condições de vida. O trabalho é a atividade que proporciona aos entrevistados valor ético, os quais foram construídos historicamente e representam sua dignidade na sociedade. Por meio do trabalho se consegue ser benquisto, eliminar aqueles estigmas negativos aos quais em geral os pobres estão expostos: preguiçoso, marginal e malandro.

Para os entrevistados, o PBF é um direito enquanto permanecem desempregados e/ou em situação de dificuldade financeira, mas após a melhoria de sua situação, consideram justo fazer sua desvinculação. Entendem que sua saída do programa contribui para manter sua dignidade, respeito e integridade, valores que são importantes para os beneficiários, funcionando mesmo como uma demanda coletiva, da maioria dessa população.

Neste sentido, podemos afirmar que a inserção das famílias pobres no PBF não é fator de desmotivação para o trabalho, uma vez que esse representa para eles a liberdade, a autonomia e a independência.

A aspiração ao trabalho formal está presente na vida dos entrevistados, apresentando-se como forma segura para melhoria das condições de vida. Desta forma, a condição de beneficiário do PBF não impede o pobre de participar do mercado de trabalho, o que o torna desocupado é a falta de trabalho que corresponda ao seu perfil profissional.

Constata-se que a demanda pelo PBF foi impulsionada pelas condições de vulnerabilidade social, intensificadas pelo desemprego, renda precária e insuficiente para a

garantia de sua sobrevivência. Essas condições constituem formas de negação de oportunidades e direitos, pois violam a condição de ser humano, posto que o indivíduo se realiza pelo trabalho, o que é reconhecido pela Constituição, pelas declarações e pactos internacionais de direitos humanos.

Diante de uma realidade cercada pela pobreza, miséria e desigualdades sociais e diante da precariedade do sistema de proteção social brasileiro, pode-se observar, por meio da presente pesquisa, que o Programa Bolsa Família tem atendido ao seu principal objetivo - combater a fome - à medida que permite aos beneficiários o acesso e a melhoria da alimentação. Os beneficiários consideram que o PBF é de significativa relevância, uma vez que consegue amenizar situações de limitações e privações.

Considerações Finais

A plenitude do sistema capitalista legitima a lógica da exacerbação dos lucros, do consumo imediato e, ao mesmo tempo, legitima uma relação existencial de desigualdade e de injustiças sociais que atravessam a vida de quem está à margem desse sistema opressor. Observa-se que todos os sujeitos ouvidos nesta pesquisa encontram-se na periferia do sistema capitalista. Seus relatos expressam a manutenção da exploração capitalista, a luta por dignidade e direito à sobrevivência.

A pluralidade das necessidades e carências sociais, materiais e de direitos dos entrevistados, revelam sua pobreza, sua peregrinação para acessar as políticas sociais e sua condição subalterna quando se rendem e se conformam com a forma de governo oligárquico e clientelista do município.

À medida que o capitalismo entra numa fase de estagnação, logo se constata a redução da atividade econômica, desvalorização cambial, baixos índices de desenvolvimento e crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), a expansão do desemprego e a precarização generalizada das ocupações. Diante dessa conjuntura, evidenciam-se os nexos existentes entre Estado e capital, e é por meio da Assistência Social, particularmente pelos programas de transferência de renda, que se observa a intervenção estatal na reprodução material e social da força de trabalho.

Frente à crise do capitalismo e suas consequências para a classe trabalhadora, os programas de transferência de renda, mais precisamente o PBF, têm ocupado importante função na proteção social no Brasil, e, apesar de não fazerem parte da composição da Política de Assistência Social, todavia, na prática, têm se agregado a essa Política.

O trabalho é bastante significativo para os sujeitos da pesquisa, representa a provisão, a dignidade da pessoa humana e o reconhecimento social. Observou-se que a inserção no PBF não afasta o desejo do emprego permanente que assegure renda fixa, equilíbrio no orçamento doméstico e cobertura previdenciária.

As relações pessoais, de mando, obediência e de favor, perpassam toda a construção histórica da formação do Brasil. No município em questão, o estudo demonstrou que essas práticas se reproduzem e se mantêm presentes nas políticas sociais.

Essas práticas conservadoras e autoritárias retardam a construção de uma cultura política de direito, pautada na ética e nos princípios da democracia, além de comprometer a qualidade dos serviços públicos prestados. O estudo destacou, mediante as falas dos entrevistados, a existência de serviços públicos insuficientes, precários, de baixa qualidade, de caráter discriminatório, seletivo, que restringe o princípio da universalização, principalmente em relação à Política de Saúde.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1999.

BEHRING, E.R.; Boschetti, I. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica/Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**, 2016. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: abril. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Romeu. **Análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: Minayo, Maria C.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social**. In Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

_____ **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 8ª Ed, 2011.

PEREIRA-Pereira, Potyara A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, M. O. da S. e.; COUTO, B.R.C.; YASBEK, M.C.; RAICHELIS, R. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.